

Extensão Universitária e a Educação Ambiental na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades em uma Universidade no Deserto do Namibe, Angola

Gil Francisco Sabonete Cumena¹

José Luís Mateus Alexandre²

Anelize Queiroz Amaral³

Cremilda Domingos Wpandanda⁴

Bernardo Manuel Camunda⁵

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo investigar o estado atual de realização de projetos de extensão universitária para o desenvolvimento da Educação Ambiental em uma instituição de Ensino Superior Pública no Deserto do Namibe – Angola. Para tanto, adotou-se a abordagem de pesquisa quanti-qualitativa, e para a coleta de dados a entrevista e o questionário, em que se constatou que 80% dos docentes da instituição entrevistados não têm e nunca desenvolveram um projeto de Educação Ambiental, ao passo que 100% dos discentes mostraram-se interessados em participar de um projeto de extensão que relacione os processos educativos acerca da questão ambiental que tanto assola esse território. Cabe aqui ressaltar que processos de extensão universitária no contexto angolano ainda não estão enraizados e difundidos como no Brasil. Sendo assim, a instituição pesquisada encontra-se em processo de aprendizado e construção de um sólido processo de extensão universitária que garanta o envolvimento com a comunidade. Contudo, acredita-se que a formação inicial e continuada de professores no que diz respeito à Educação Ambiental e Extensão Universitária pode promover ações que possibilitem melhor qualidade de vida, manejo adequado de resíduos, cuidados com a água, mitigação da erosão desértica, arborização, transferência de tecnologias, entre outros, temas emergenciais nessa província de Angola que sofre fortes efeitos das mudanças climáticas.

Palavras-chave: extensão universitária; formação inicial e continuada de professores; educação ambiental.

ABSTRACT

This article aimed to investigate the current state of carrying out university extension projects for the development of Environmental Education in a Public Higher Education institution in the Namibe Desert - Angola. To this end, the quantitative-qualitative research approach was adopted and the interview and questionnaire were used to collect data, where it was found that 80% of the institution's teachers interviewed do not have and have never developed an Environmental Education project, while that 100% of students were interested in participating in an extension project that relates educational processes to the environmental issue that plagues this territory. It is worth highlighting here that university extension processes in the Angolan context are not yet a rooted and widespread process as in Brazil. Therefore, the researched institution is in the process of learning and building a solid university extension process that guarantees involvement with the community. However, it is believed that the initial and continuing training of teachers with regard to Environmental Education and University Extension can promote actions that enable a better quality of life, adequate waste management, water care, mitigation of desert

¹ Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Namibe. E-mail: gil.cumena@uninbe.ao e ggilcumena73@gmail.com.

² Diretor Nacional do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola. E-mail: joseluismateus@yahoo.com.br.

³ Docente Adjunta do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil E-mail: anelizeamaral@utfpr.edu.br.

⁴ Vice Decana para área Científica e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Namibe. E-mail: cremildaw@gmail.com.

⁵ Responsável do Centro de Estudos e Investigação Científica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Namibe. E-mail: bernardocamunda@yahoo.com.br.

pode comprometer a confiabilidade dos resultados. E o maior desafio é a completa falta de dados socioeconômicos, como informações acerca da disponibilidade e acesso a água, distância até as comunidades, estradas, densidade populacional, força de trabalho, formação, entre outros, aspectos necessários para a efetivação de uma pesquisa socioambiental em regiões desérticas (Piemontese *et al.*, 2022).

De acordo com Amado *et al.* (2020), esses tipos de pesquisa raramente estão disponíveis e são particularmente carentes em Angola, onde a maior parte do trabalho científico e técnico está desatualizado e definitivamente negligenciado em áreas remotas como o Namibe rural.

Limones *et al.*, (2020) mencionam que as chuvas escassas e cada vez mais imprevisíveis tornam o Namibe propenso a longas secas e intensa escassez de água, o que está afetando gravemente a subsistência das comunidades locais e a sua permanência nesse território.

De acordo com Prates (2016),

Todos os dias, a população gasta horas para ter água para beber, cozinhar e dar aos animais. Na maioria dos casos, cabe às crianças, às mulheres e aos idosos a tarefa de conseguir água para a família e para os animais menores. Como o gado é a principal riqueza e símbolo religioso de alguns grupos tradicionais dessa região, os homens partem com os filhos menores durante o período de seca levando o gado em busca de água e bons pastos num fenômeno conhecido como transumância, retirando os filhos das escolas. Ou seja, para as crianças desse território a presença na sala de aula obedece à sede dos animais. Os seus sonhos e de outros milhares de crianças estão ameaçados pela seca.

Nesse território a água é o bem mais precioso, e em algumas localidades já se tornou motivo de conflito violento. Ante a esse cenário, a universidade é chamada a intervir no sentido de contribuir para o melhoramento das condições socioambientais nas comunidades locais e garantir, com essa intervenção, a apropriação de conhecimentos por parte dos atores envolvidos que possibilite a construção de sociedades sustentáveis por meio da extensão universitária e, conseqüentemente, a transferência de tecnologias.

Conhecimentos articulados com problemas reais da sociedade nos permitem promover a construção de comunidades sustentáveis, considerando que a universidade não é uma instituição à parte da sociedade, mas que possui uma capacidade ímpar na promoção da transformação social e desenvolvimento territorial.

O objetivo geral da presente pesquisa foi investigar o estado atual de realização de projetos de extensão universitária para o desenvolvimento da Educação Ambiental em uma instituição de Ensino Superior Pública no Deserto do Namibe – Angola.

O atual Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior em Angola, aprovado por Decreto Presidencial Nº 310/20 (Luanda, 2020), orienta no seu Artigo 29, na alínea e) que todas

as Instituições de Ensino Superior (IES) devem proceder à realização da Extensão Universitária (EU) numa perspectiva de prestação de serviço à comunidade, de valorização recíproca e de apoio ao desenvolvimento. Esse trecho demonstra a necessidade de efetivar-se a EU em Angola. No entanto, com o entendimento de que EU se faz com a comunidade e não na comunidade, é preciso formar docentes que atuem por meio de uma EU participativa, dialógica e transformadora do atual contexto de relação sociedade-natureza.

O referido regime jurídico sustenta a efetivação da colaboração intersetorial e multidisciplinar nas definições de ações de formação graduada e pós-graduada de investigação científica e de EU.

O regulamento que rege o Ensino Superior em Angola menciona que é de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior realizarem, entre outras atividades, a EU nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação. Uma realidade que, para o caso angolano, ainda carece de uma intervenção profunda pela qual os docentes são chamados a uma responsabilidade determinante na mudança paradigmática, mas que não possuem formação para tal desenvolvimento.

O Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior espelhado no Decreto Presidencial Nº 191/18 (Luanda, 2018), no seu 3º Artigo, na alínea Z), orienta que o trabalho docente deve estar consubstanciado em um conjunto de atividades desenvolvidas pelo corpo docente, orientadas para a promoção da formação bem como investigação científica e da EU.

É bastante visível a preocupação com que os documentos normativos da atuação no Ensino Superior em Angola quanto à EU, e é assim que a Universidade em questão é classificada no seu Estatuto Orgânico no Decreto Presidencial Nº 1/22 (Luanda, 2022), como estabelecimento público vocacionado na formação de quadros de nível superior para diversos ramos do saber, investigação e desenvolvimento de ações junto à comunidade.

A realização da EU em Angola possui um enquadramento legal bastante concreto, cuja implementação nas Universidades de Angola ainda é reduzida em grande parte das Instituições de Ensino Superior do País, pela fragilidade que os docentes possuem em sua formação em relação à EU e um olhar minimizado acerca das potencialidades que podem ser cultivadas com os discentes e com a população para o desenvolvimento comunitário de ações socioambientais (Cumena, 2023).

Uma vez que a EU afirma o compromisso social da Universidade com a comunidade, aproximando as demandas sociais e as pesquisas produzidas no âmbito acadêmico, o elo que se forma entre a Universidade e sociedade tende a criar um diálogo que constrói pontes para a socialização do conhecimento produzido pela Universidade e a sua significação na realidade

(Mélo, Farias; Piagge, 2021). É o que também pontua Tommasino (2015), entendendo que a extensão é um processo que gera compromisso da universidade com a sociedade.

Para Ima-Panzo (2018), a EU é a construção de conhecimento pelos docentes e discentes com a intencionalidade de fazer mudanças sociais, mas também de produção de novo conhecimento sobre essa ação; portanto, não é uma ação ingênua e nem linear, mas, sim, um processo educativo intencionalizado para a formação humana.

De acordo com Carapeto (1998), torna-se fundamental a formação continuada de docentes para que se tornem profissionais com vista à promoção da componente socioambiental nos vários níveis de ensino por meio da EU.

Concordando com a autora acima apresentada, a formação continuada de docentes constitui-se como a base para se adotar uma postura mais direcionada e comprometida com o desenvolvimento da EU. É necessário que os docentes assumam, antes de mais nada, o sentido de responsabilidade no desenvolvimento da EU que possibilite melhores condições de vida das atuais e futuras gerações.

Assim sendo, a Educação Ambiental é um processo educativo com intencionalidade de formar indivíduos que questionem o atual modelo de relação sociedade-natureza e os diversos problemas ocasionados no/ao ambiente.

A Educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não as expulsar de nosso mundo, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (Arendt, 2011, p.247).

A questão que se faz necessária é: como estar e permanecer no mundo, e qual o papel da Educação Ambiental por meio da EU para o enfrentamento ao atual modelo de relação sociedade – natureza que se apresenta insustentável?

Autores como Amaral (2018), Bauman (2008), Bornheim (2011), Carvalho (2006), Layrargues e Lima (2002, 2014), Leff (2001), Loureiro e Lima (2012), Trein (2012) nos permitem refletir e trilhar caminhos que levem em consideração tal questionamento supracitado.

Assim, ao pensarmos a Educação Ambiental será necessário apresentar objetivos, questões, metodologias, conceitos, entre outros encaminhamentos construídos de forma coletiva quando se pensa em EU e não, apenas, definidos pela minoria e, muito menos, apagar o seu contexto histórico, social e ambiental. A partir do momento que a pluralidade se faz presente, será possível construir uma EU que promova entre os seres humanos condições mínimas para a permanência nesses territórios.

2 METODOLOGIA

Considerando as questões e os objetivos que orientaram nossa investigação, entendemos que a perspectiva da abordagem qualitativa de pesquisa é a que mais atende aos nossos interesses. Para subsidiar teoricamente essa abordagem, buscamos apoio em autores como Denzin e Lincoln (2006), Devechi e Trevisan (2010), Gibbs (2009), entre outros.

Gil (2008) destaca que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial descrever as características de determinada população, ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Para tanto, Triviños (1987), afirma que a investigação descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que se deseja investigar. Pois esse tipo de estudo pretende descrever com exatidão fatos e fenômenos de determinada realidade.

Quanto à abordagem quantitativa, Prodanov e Freitas (2013) sustentam o entendimento de que tal tipo de investigação considera quantificável a mensuração na pesquisa, o que significa traduzir em números informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão do funcionamento, das aspirações, das motivações de um grupo social, de uma organização, entre outros. Assim, baseando-se nos autores supramencionados, a presente investigação adotou uma abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa (Gerhardt; Silveira (2009).

Dos instrumentos de recolha de dados, sublinha-se a realização de uma entrevista realizada com quinze (15) docentes que lecionam no curso de Ensino de Biologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades (FCSH) de uma universidade localizada no deserto do Namibe - Angola para se proceder ao diagnóstico do grau de realização da EU por meio da Educação Ambiental (EA).

As entrevistas foram realizadas no formato presencial, após convite enviado aos docentes por e-mail. Após a resposta do aceite por meio do docente convidado, um horário foi agendado para a realização da entrevista contendo as seguintes questões semiestruturadas: Como docente, consideras importante a realização de EU como mecanismo promotor da EA? Podes, por favor, apresentar exemplos concretos?; b) Tens um projecto de EU para a promoção da EA? Podes descrevê-lo, desde quando e o âmbito? Caso não tenhas, o que lhe impede de desenvolver um projecto de EU para promoção da EA?, c) O que é necessário que um projecto de EU para promoção da EA contenha?, d) Acreditas que com a realização de EU para a promoção EA poderá melhorar a relação entre a FCSH e a Comunidade? De que forma?, e)

Quais são as actividades que poderiam ser desenvolvidas num projecto de extensão universitária para a promoção da EA? e f) As redes sociais podem ser utilizadas para a promoção da EA? e g) Tens feito o uso das redes sociais para divulgar atividades de EA? Como?

Gil (2008) indica algumas vantagens do uso de entrevistas, que vão desde a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano e, de que os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

Utilizamos, também, a aplicação do questionário que foi realizada com 82 discentes do curso de Ensino de Biologia, com objetivo de se saber o grau de conhecimento deles sobre a Educação Ambiental bem como os aspectos ligados à realização da EU, tendo seis questões, das quais quatro foram fechadas, duas abertas, utilizando a ferramenta *Google forms*. A saber: a) A realização da EU pode contribuir para elevar os seus conhecimentos sobre as formas de melhor cuidar o ambiente?, b) Quais são as atividades de EA que podem ser desenvolvidas na EU?, c) Em quais zonas de Moçâmedes poder-se-ia realizar um projeto de Extensão Universitária para Educação Ambiental? d) Gostarias de participar em um projeto de EU como mecanismo promotor da EA?

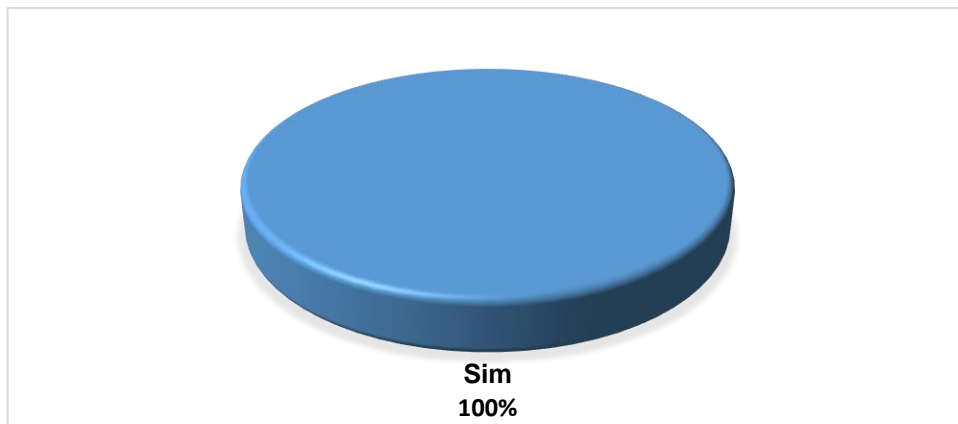
Cabe aqui destacar que a EU na IES pesquisada, assim como na maioria das IES de Angola, não se configura como um processo institucionalizado como no Brasil. Naquele território, os docentes ainda carecem de formação para a construção, desenvolvimento e institucionalização da EU. Não existem comitês de ética formalizados para o quais os pesquisadores submetem seus projetos e termos de consentimento livres esclarecidos (TCLE) para apreciação e nem um banco de registro para tais informações. Assim sendo, cabe a cada docente, de forma individualizada, buscar caminhos para o desenvolvimento da EU nesse contexto; por esse motivo, a internacionalização universitária por meio da Rede Internacional de Extensão Universitária (RIEU), da qual fazemos parte, tem possibilitado pesquisas e ações de extensão conjuntas de grande relevância e construção nas IES envolvidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em função dos dados obtidos na pesquisa, procedemos à análise dos resultados, sendo eles a análise de gráficos e suas devidas inferências.

O Gráfico 1 a seguir, demonstra a importância atribuída às ações de Extensão Universitária para a promoção da Educação Ambiental na Universidade pesquisada.

Gráfico 1: Importância atribuída à realização da Extensão Universitária para a promoção da Educação Ambiental.



Fonte: autoria própria

Com o objetivo de compreender a importância que os docentes atribuem à realização da EU para a realização da EA, questionou-se se os docentes consideravam importante a realização da EU como mecanismo promotor da EA. Constatou-se que todos os entrevistados (n=15; 100%) consideram que sim.

Em seguida, solicitamos que os docentes comentassem. Dentre os principais comentários, destacam-se as respostas de D1; D5 e D15:

“A EA no geral fornece uma perspectiva de todos os saberes para proteger o ambiente com ações que permitem a sua conservação” (D1).

“A EU vai ajudar a sociedade adquirir conhecimentos e bases sólidas para assim conseguirem proteger o ambiente” (D5)

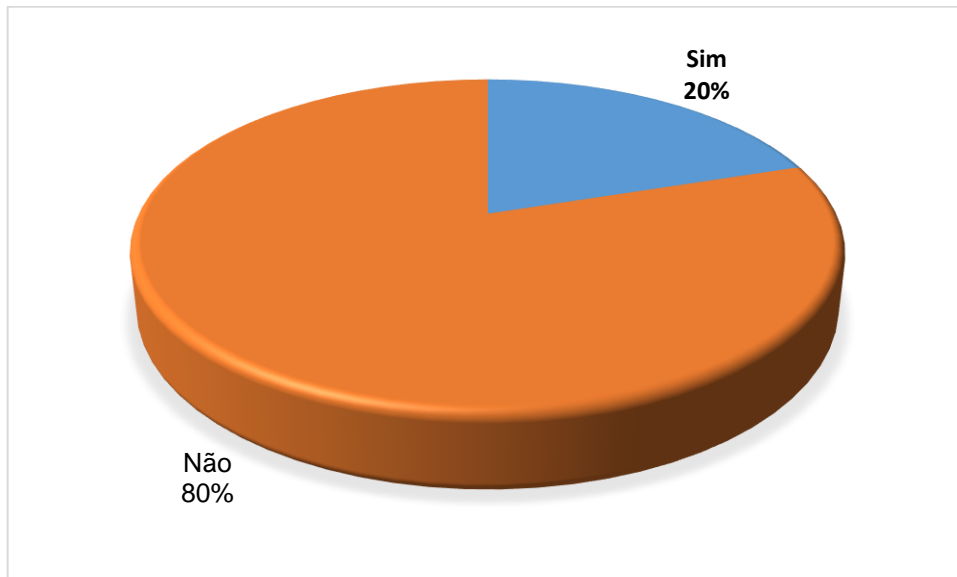
“A participação em projetos comunitários que vela na preservação e conservação ambiental” (D15)

Os resultados sugerem que os docentes consideram importante a realização de atividades extensionistas para o desenvolvimento da EA, uma vez que, por meio de atividades, a compreensão dos discentes sobre os fenômenos sociais adquire uma significância que os levará a ter uma consciência crítica capaz de adotar uma participação ativa na comunidade em que vivem, objetivando sempre melhorá-la para o bem do coletivo.

É inquestionável a importância da EA no processo educativo para a formação de discentes capazes de tomar decisões fundamentadas e participar de discussões em sua comunidade no que se refere às questões ambientais (Buanga, 2014).

A seguir, questionamos se os docentes desenvolvem projetos de extensão (Gráfico 2).

Gráfico 2: Desenvolvimento ou não de projetos de extensão universitária com a comunidade.



Fonte: autoria própria

A maioria dos docentes entrevistados (n=12; 80%) afirmam que não desenvolvem projetos de EU, justificando as suas posições; coincidiram em vários pontos como falta de tempo, ausência de um projeto de extensão elaborado, falta de financiamento, falta de apoio institucional, assim como foi notório, também, a despreocupação com o tema em questão, conforme menciona D2: “Não tenho porque por enquanto não é a minha área de investigação”.

Cabe aqui mencionar que em Angola o desenvolvimento da extensão universitária, ainda, necessita de compreensão e entendimento acerca da sua realização.

A exigência feita no Brasil pelo Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) (Brasil, 2015), por meio da Meta 12.7, que os cursos de graduação devem destinar no mínimo 10% da carga horária em programas e projetos de extensão não se aplica ao contexto do país angolano; lá ainda existe um longo caminho a ser percorrido, inclusive no que diz respeito à formação continuada. Vejamos: “Não consigo fazer descrição pela ausência de um projecto de EU pelo que iria me guiar” (D14).

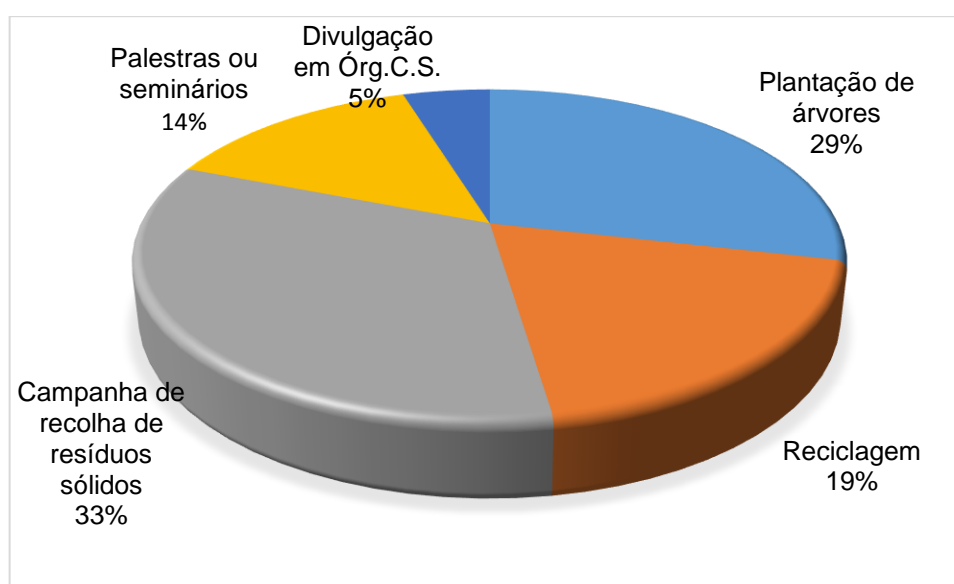
Ficou visível que os resultados dessa questão sugerem que a falta de um projeto extensionista elaborado assumia-se como um dos principais entraves para a realização de EU no curso de Ensino de Biologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades. Torna-se imperioso que os docentes conjuguem esforço no sentido de se reverter a situação mencionada,

pois a ampla produção de conhecimento realizada pela Faculdade por meio dos esforços docentes e discentes não deve ficar presa às quatro paredes da sala de aula, mas sim promover junto com a comunidade ações de grande relevância social, função da Universidade. Pelo contrário, os saberes universitários devem ter um impacto na vida da comunidade em que a Instituição se insere.

Cabe aqui destacar a necessidade de um olhar cuidadoso para processos educativos de formação continuada para os docentes da Instituição, uma vez que carecem de conhecimento para a elaboração e o desenvolvimento de ações de extensão com a comunidade.

Em seguida, questionamos sobre as possíveis ações de EA que podem ser desenvolvidas em projetos de EU no contexto do deserto do Namibe, continente africano (Gráfico 3):

Gráfico 3: Entendimento acerca das ações de EA que podem ser realizadas por meio dos projetos de EU com a comunidade do deserto do Namibe



Fonte: autoria própria.

Com a questão, movida no objetivo de identificar possíveis atividades de EU para o desenvolvimento da EA, procurou-se saber dos docentes quais as atividades que poderiam ser desenvolvidas num projeto de EU para EA e constatou-se que as respostas dos docentes confluíam em recolha de resíduos sólidos, comentada por (n=7 docentes; 33%); plantações de árvores (n=6 docentes; 29%); reciclagem (n= 4 docentes; 19%); palestras e seminários (n=3; 14%); divulgação das ações de EA nos órgãos de comunicação social (n=1; 5%).

Entre as atividades apresentadas, a maior parte dos docentes mencionam a realização de campanha de recolha de resíduos sólidos e plantação de árvores, por serem atividades que comumente têm sido relacionadas à EA pelas escolas, grupos e associações filantrópicas e religiosas do Namibe, visando essencialmente à proteção da natureza.

Observa-se que as atividades apresentadas pela maior parte dos docentes são todas voltadas a uma visão conservacionista e/ou pragmática e, segundo as macrotendências político-pedagógicas da EA, aqui observa-se a necessidade de compreender a EA como um conjunto articulado de atividades que propiciem a formação da cidadania participativa no seio daqueles que a recebem e que carecem de formação crítica que os possibilite questionar e refletir sobre o atual modelo de relação sociedade-natureza, promovendo conhecimentos, habilidades, atitudes, valores que contribuirão para a formação do cidadão (Cumena, 2023).

No entanto, nesse contexto onde não existe um manejo organização dos resíduos, não existe coleta seletiva, não existe aterro sanitário, sim, tais ações por mais que sejam consideradas conservacionistas e pragmáticas, nesse território elas se fazem necessárias. Assim como ações de plantio de árvores, porque estamos falando de comunidades que estão sendo engolidas pela erosão desértica e sofrendo intensamente as consequências da mudança do clima. Vejamos as imagens a seguir (Figura 2):

Figura 2: Casas e forma de armazenamento de água em meio ao deserto do Namibe.

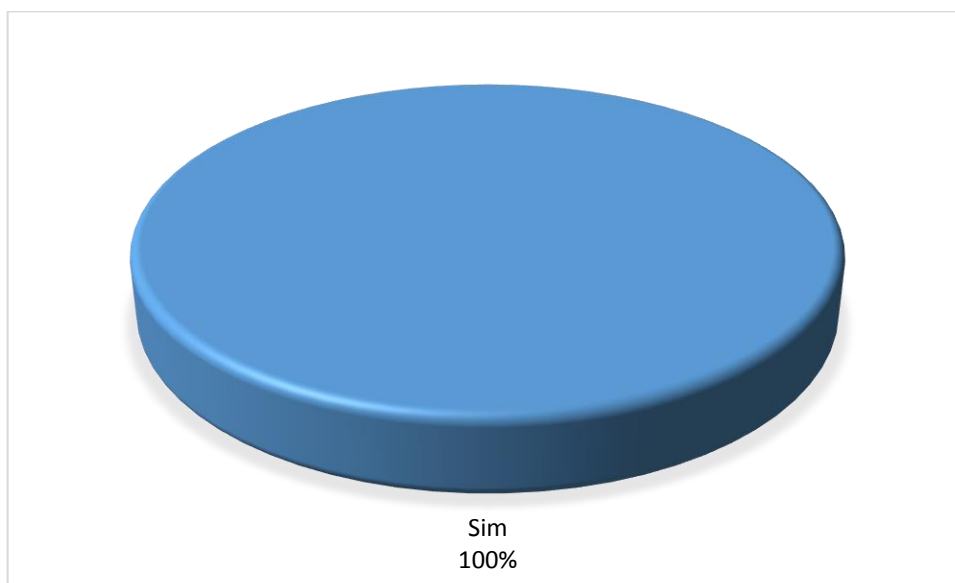


Fonte: acervo pessoal.

Em seguida questionamos os discentes com o objetivo de saber se eles possuem interesse em participar de ações extensionistas na Universidade. O Gráfico 3 menciona que 100 % dos discentes entrevistados possuem vontade de participar de projetos de extensão com a

comunidade, o que reforça a necessidade de apoio institucional para a formação inicial e continuada dos docentes e discentes na elaboração de tais projetos de extensão e o seu desenvolvimento com a comunidade.

Gráfico 3: Interesse dos discentes no que diz respeito ao desenvolvimento da EU para a promoção da EA.



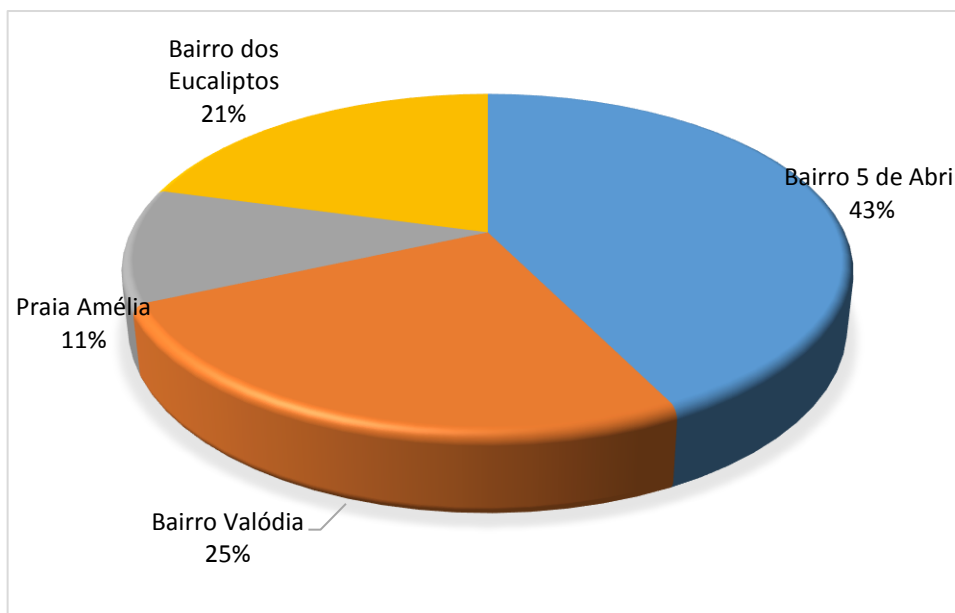
Fonte: autoria própria.

Esse resultado apresentado no Gráfico 3 sugere que os discentes do curso de Ensino de Biologia mostrar-se-ão motivados quando convidados a participar de um projeto de EU para a promoção de um ambiente saudável. Uma posição que deve ser bem explorada pelos docentes, pois, contando com a motivação intrínseca dos discentes em realizar uma dada atividade, torna-se mais produtivo o desenvolvimento dela e garante a conquista de resultados que promovam a efetiva transformação social pretendida, uma vez que a finalidade do processo não se consubstancia no que o discente sabe, mas naquilo que ele fará com o que sabe.

Nessa conformidade, Ima-Panzo (2018) sustenta que o discente universitário não pratica apenas para aprender; mais do que isso, aprende participando da transformação da realidade social.

Por fim, questionamos em quais localidades do município de Moçâmedes, província do Namibe, os discentes consideram ser necessárias ações de EU por meio da EA (Gráfico 4).

Gráfico 4: Em quais zonas de Moçâmedes poder-se-ia realizar um projeto de EU para o desenvolvimento da EA.



Fonte: autoria própria

Das respostas apresentadas, constatou-se que 11% dos discentes apontam a localidade da Praia Amélia; 21%, o bairro dos Eucaliptos; 25%, o Bairro Valódia; e 43%, o bairro 5 de Abril.

Os resultados sugerem que, para escolha dos locais, os discentes tiveram como base o de residência, pois que os bairros Valódia e 5 de Abril são os mais populosos e, conseqüentemente, os mais selecionados entre os inquiridos, e pelo fato da localidade da Praia Amélia ser uma região nova e a menos populosa entre os locais citados. As respostas apresentadas demonstram bem o interesse dos discentes em exercerem uma ação que visa melhorar as condições de vida das localidades em que residem.

Um resultado que, quando bem aproveitado, pode servir de base para a realização de atividades extensionistas em diferentes localidades e com o nível de interesse acentuado dos discentes em realizá-las.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida sustenta que a EU assume-se como um mecanismo essencial para a promoção da EA na formação inicial e continuada, uma vez que possibilita o discente em situação real da ocorrência dos fatos aplicar os conhecimentos apreendidos na sala de aula

para a transformação da realidade social, exercendo assim um trabalho socioambiental na comunidade e apropriar-se de conhecimentos que possam solidificar a sua percepção sobre problemas ocasionados no/ao ambiente, adotando ações em prol do nosso bem comum e que lhes garanta a manutenção e, mais do que isso, a permanência no seu lugar. Além disso, a EU permite que os discentes construam habilidades essenciais para sua formação, como trabalho em equipe, envolvimento comunitária, construção de propostas participativas, entre outras.

O diagnóstico feito revelou que 80% dos docentes entrevistados não têm e nunca desenvolveram um projeto de EU, o que, por um lado, entra em discordância com o disposto no Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior em Angola e, por outro lado, provocando lacunas na construção da identidade profissional dos discentes. No entanto, cabe aqui ressaltar que 20% dos docentes dessa Instituição têm realizado um trabalho efetivo de extensão e busca fortalecer essa questão tão importante na Universidade.

Cabe aqui ressaltar que a EU no contexto apresentado ainda não é um processo enraizado e difundido como no Brasil. Sendo assim, a instituição pesquisada encontra-se em um caminho de aprendizado e construção de um sólido processo de extensão universitária que garanta o envolvimento com a comunidade e permanência dessas ações na instituição.

Para tanto, a universidade em questão passou a fazer parte de uma cooperação internacional na Rede Internacional de Extensão Universitária (RIUE) com o objetivo de construir conhecimentos e pontos para a realização da extensão.

Pela pesquisa, constatou-se que 100% dos discentes mostraram-se interessados em participar de um projeto de EU. Isso demonstra a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre a formação dos discentes e a possibilidade de que eles na prática questionem o atual modelo de relação sociedade-natureza e se tornem sujeitos críticos que atuem na transformação do seu território junto com a comunidade por meio da Educação Ambiental e sendo os protagonistas dessa transformação.

REFERÊNCIAS

AMADO, M., RODRIGUES, E., POGGI, F., PINHEIRO, M. D., AMADO, A. R., & JOSÉ, H. Using different levels of information in planning green infrastructure. **Sustainability**. in Luanda, Angola., 2020, 12, 26.

AMARAL, A.Q. **Educação ambiental e a dimensão política**: um estudo de caso do programa de formação de educadores ambientais da usina hidroelétrica Itaipu Binacional. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017.

ARENDDT, H. A Crise na Educação. In: **Entre o Passado e o Futuro**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BORNHEIM, G. A. A temática ambiental na sociedade contemporânea. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 9, p. 1-9, jul-dez 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep 2015.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf.

CARAPETO, C. **Educação ambiental**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

CARVALHO, L. M. Temática ambiental e o ensino da biologia: compreender, valorizar e defender a vida. In: MARANDINO, M.; et al. **Consumo e resíduos - fundamentos para o trabalho educativo**. São Carlos: EDUFSCar, 2006, p. 19-43.

CUMENA, G. F. S. **Extensão universitária como mecanismo promotor da educação ambiental na faculdade de ciências sociais e humanidades**. 2023. Dissertação (Mestrado em [...]) – Secretaria dos Mestrados do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, Lubango, 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN. Disciplinando a pesquisa qualitativa. **Revista internacional de estudos qualitativos em educação**. v. 19, p. 769-782, 2006.

DEVECHI, C. P. V.; TREVISAN. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? **Revista Brasileira de Educação**. v. 15, p. 148-161, 2010.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IMA-PANZO, J. **Extensão universitária em Angola**: tendências, acções e projecções. 1. ed. Luanda: Myamba, 2018.

LARARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. D. S. **Educação ambiental**: representando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-219.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileiras. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMONES, N.; MARZO-ARTIGAS, J.; WIJNEN, M.; SERRAT-CAPDEVILA, A. Evaluating drought risk in data-scarce contexts: the case of southern Angola. **Journal of Water and Climate Change**, 11, 44–67, 2020.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. D. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, n. 14, ago/dez 2012.

LUANDA. **Decreto n. 310/20**. Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior em Angola. Diário da República, Luanda, 2020.

LUANDA. **Decreto n. 1/22**. Estatuto Orgânico da Universidade do Namibe. Diário da República, Luanda, 2022.

LUANDA. **Decreto n. 191/18**. Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior. Diário da República, Luanda, 2018.

MÉLO, C. B.; FARIAS, G. D.; PIAGGE, C. S. A extensão universitária no Brasil e seus desafios durante a pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, p. 1-12, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

PIEMONTESE, L.; CASTELLI, G.; LIMONES, N.; GRAZIO, A.; BRESCI, E. Large-scale siting of sand dams: a participatory approach and application in angolan drylands. **Research Article Wiley**. p. 1-15, 2022.

PRATES, M. **Cavar para sobreviver – como as pessoas enfrentam a seca no Cunene**. UNICEF, 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/historias/cavar-para-sobreviver-como-pessoas-enfrentam-seca-no-cunene>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

TOMMASINO, H. Extensión e integralidad: potencialidades y desafios para las universidades públicas. In: Extensión e integralidade: metodologias y practicas integrales en territorio. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 2015.

TOZONI, E. A. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2008.

TREIN, E. Educação ambiental crítica: crítica de quê? **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, p. 304-318, ago./dez. 2012.